



O HOSPITAL REAL  
DE TODOS-OS-SANTOS:  
LISBOA E A SAÚDE

 LISBOA  
CÂMARA MUNICIPAL

SANTA CASA  
Misericórdia de Lisboa

omnium  
sanctorum

# ficha técnica

# omnium sanctorum

**Projeto Hospital Real de Todos-os-Santos:  
Lisboa e a saúde**

## **Câmara Municipal de Lisboa**

### **Pelouro da Cultura**

João Diogo Santos Moura

### **Direção Municipal de Cultura**

Manuel Veiga

### **Departamento de Património Cultural**

Jorge Ramos de Carvalho

## **Universidade Nova de Lisboa**

### **Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**

Francisco Caramelo

### **CHAM – Centro de Humanidades**

João Paulo Oliveira e Costa | Cristina Brito

### **Coordenação geral**

Jorge Ramos de Carvalho

### **Gestão do Projeto**

Ana Isabel Ribeiro

Edite Martins Alberto

Rodrigo Banha da Silva

### **Coordenação científica**

André Teixeira

Edite Martins Alberto

Rodrigo Banha da Silva

## **Parceiros**

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Assembleia da República

Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central

Metropolitano de Lisboa

Museu da Farmácia

Museu da Saúde

Museu de Marinha

Museu Nacional de História Natural e da Ciência

Patriarcado de Lisboa

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

## **Agradecimentos**

Adelaide Brochado, CML/DMC/DPC/AML

André Bargão, bolseiro Projeto HRTS

Camila Amaral, bolseira Projeto HRTS

Filipa Pimenta, CML/DMC/DPC/CAL

Lina Maria M. Oliveira, bolseira Projeto Hospitalis

Maria Teresa Avelino Pires, NOVA FCSH/CHAM

Moisés Campos, CML/DMC/DPC/CAL

Rita Mégre, CML/DMC/DPC

Rui Henriques, bolseiro Projeto HRTS

Sandra Cunha Pires, CML/DMC/DPC/AML

Sara Ferreira, bolseira Projeto HRTS

Arquivo Municipal de Lisboa

Centro de Arqueologia de Lisboa

Museu de Lisboa - EGEAC E.E.M.

Projeto “HOSPITALIS - Arquitetura hospitalar em Portugal nos alvares da Modernidade: identificação, caracterização e contextualização” (PTDC/ART-HIS/30808/2017)

VICARTE- NOVA FCT

## Livro

### Título

O Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a saúde

### Câmara Municipal de Lisboa

Pelouro da Cultura  
Direção Municipal de Cultura  
Departamento de Património Cultural

### Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Direção de Cultura  
Arquivo Histórico

### Coordenação institucional

Jorge Ramos de Carvalho

### Coordenação científica

Edite Martins Alberto  
Rodrigo Banha da Silva  
André Teixeira

### Coordenação editorial

Edite Martins Alberto

### Apoio editorial

Ana Isabel Ribeiro

### Autores

Adélia Caldas  
Adelino Cardoso  
Alexandre Pais  
Ana Cristina Leite  
Ana Maria Costa  
Ana Patrícia Alho  
André Bargão  
André Teixeira  
António Costa Canas  
António Pacheco  
Bruno Barreiros  
Carla Alferes Pinto  
Carlos Boavida  
Cristina Moisés  
David Felismino  
Edite Martins Alberto  
Fátima Palmeiro  
Filipe Santos Oliveira  
Florabela Veiga Frade  
Francisca Alves Cardoso  
Francisco d'Orey Manoel  
Helder Carita  
Helena Rebelo-de-Andrade  
Helena Taborda  
Hélia Silva  
Inês Coutinho  
Inês Oliveira  
Inês Ornellas e Castro  
Isabel dos Guimarães Sá  
Isabel Monteiro  
Joana Balsa de Pinho  
João de Figueirôa-Rêgo  
Joaquim Barradas  
Jorge Fonseca  
José Subtil  
Júlio Martín Fonseca

Laurinda Abreu  
Lina Maria M. Oliveira  
Luís Costa e Sousa  
Luís Lisboa Santos  
Luís Ribeiro Gonçalves  
Luíz Damas Mora  
Lurdes Esteves  
Maria Antónia Lopes  
Maria da Conceição Freitas  
Maria João Ferreira  
Maria João Pereira Coutinho  
Maria Marta Lobo de Araújo  
Maria Teresa Avelino Pires  
Mário Farelo  
Milene Alves  
Mónica Duarte Almeida  
Nelson Moreira Antão  
Nuno Falcão  
Paula Basso  
Paula Serafim  
Paulo Catarino Lopes  
Paulo Pereira  
Rita Luís Sampaio da Nóvoa  
Rita Mégre  
Rodrigo Banha da Silva  
Rute Ramos  
Sara da Cruz Ferreira  
Sílvia Casimiro  
Silvina Pereira  
Tiago Borges Lourenço  
Vitor Serrão

### Design gráfico

Formiga Luminosa, Construtora de imagem

### Créditos fotográficos e digitalização

José Vicente, CML/DMC/DPC  
e Arquivo Municipal de Lisboa  
Biblioteca da Ajuda  
Biblioteca Nacional de Portugal  
British Library  
Câmara Municipal de Lisboa - Lisboa Interativa  
Direção de Infraestruturas, Gabinete de Estudos  
Arqueológicos da Engenharia Militar  
Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas  
- Arquivo Nacional Torre do Tombo  
Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte  
Leiden University Libraries  
Museu Condes de Castro Guimarães  
Museu de Lisboa  
Museu Nacional do Azulejo  
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

### Impressão e acabamento

Rainho & Neves; Lda.

**Tiragem** 1000 exemplares

ISBN 978-972-8543-57-0

**Depósito legal** 488809/21

**Lisboa, 2020**

© Câmara Municipal de Lisboa, autores dos textos.

Os artigos são da exclusiva responsabilidade dos autores.

Os textos e imagens desta publicação não podem ser reproduzidos por qualquer processo digital, mecânico ou fotográfico, sem o prévio conhecimento e autorização da Câmara Municipal de Lisboa e dos respetivos autores.

# Índice

## APRESENTAÇÃO

- 15 **Câmara Municipal de Lisboa** | Vereador da Cultura João Diogo Santos Moura
- 17 **Santa Casa da Misericórdia de Lisboa** | Provedor Edmundo Martinho
- 19 **NOVA FCSH** | Diretor Francisco Caramelo

## INTRODUÇÃO

- 23 | André Teixeira / Edite Martins Alberto / Rodrigo Banha da Silva

---

## UMA ARQUEOLOGIA DO LUGAR

- 39 **O lugar antes da ocupação humana**  
| Ana Maria Costa / Maria da Conceição Freitas
- 45 **De “casal” na transição do II-I milénio a.C. a arrabalde muçulmano da cidade de Lisboa**  
| Rodrigo Banha da Silva / André Bargão / Sara da Cruz Ferreira
- 55 **As *hortas* do Convento de São Domingos**  
| Rodrigo Banha da Silva / Filipe Santos Oliveira
- 61 **A Lisboa Manuelina**  
| Helder Carita

## O MAIOR EDIFÍCIO DE LISBOA MODERNA

- 73 **A arquitetura do edifício: antecedentes, comparações e paralelos**  
| Paulo Pereira
- 123 **A representação iconográfica do Hospital Real**  
| Ana Cristina Leite
- 143 **Fernão Gomes e o projeto para a pintura do tecto da nave da igreja do Hospital Real**  
| Vítor Serrão
- 151 **Dos incêndios de 1601 e 1750: descrição, danos, salvados, meios e intervenientes, medidas complementares**  
| Mónica Duarte de Almeida
- 161 **O abastecimento de água ao Hospital Real e saneamento na cidade de Lisboa**  
| Ana Patrícia Alho
- 167 **O Terramoto de 1755 e as intervenções de recuperação**  
| Adélia Caldas
- 173 **Do Rossio para o Colégio de Santo Antão-o-Novo**  
| Maria João Pereira Coutinho
- 181 **Os *berdeiros* do Hospital Real: espaços da história da saúde em Lisboa após 1775**  
| Carlos Boavida / Fátima Palmeiro / Luiz Damas Mora

## DE HOSPITAL A PRAÇA PÚBLICA

- 187 **As duas últimas décadas do Hospital no Rossio (1750-1775). Acomodar, proteger e assistir os enfermos das injúrias do tempo**  
| David Felismino / Inês Oliveira / Helena Rebelo-de-Andrade
- 199 **A génese de um novo espaço urbano: a Praça da Figueira**  
| Hélia Silva / Tiago Borges Lourenço
- 209 **O Metropolitano de Lisboa e a redescoberta do Hospital Real**  
| Helena Taborda



## REFORMA E REORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA

- 221 Antecedentes e componentes da reforma da assistência em Portugal nos alvares da modernidade**  
| Joana Balsa de Pinho
- 239 Portugal e a Europa: as dimensões da reforma da assistência (séculos XIV-XVI)**  
| Joana Balsa de Pinho
- 255 Pobreza e a assistência em Portugal na Época Moderna**  
| Maria Antónia Lopes
- 261 A rede assistencial em Lisboa antes do Hospital Real de Todos-os-Santos**  
| Mário Farelo
- 281 Um novo modelo de organização hospitalar na modernidade de Quinhentos**  
| José Subtil
- 291 Hospitais centrais quinhentista em Portugal**  
| Lina Maria M. Oliveira
- 295 O Hospital Real e a Misericórdia de Lisboa no tempo do governo de Sebastião José de Carvalho e Melo**  
| Laurinda Abreu

## DA COROA À ADMINISTRAÇÃO DA MISERICÓRDIA

- 305 A Ordem de São João Evangelista (Lóios) no Hospital**  
| Nuno Falcão
- 311 Da gestão dos religiosos de São João Evangelista à administração da Misericórdia**  
| Maria Marta Lobo de Araújo
- 317 As *gentes* e o quotidiano num período de mudança: a administração da Misericórdia**  
| Rute Ramos
- 325 *Entre quatro paredes e não só*: as outras instituições no espaço do Hospital**  
| Rute Ramos
- 333 Ordens religiosas na assistência hospitalar (Arrábidos, Obregões e Camilos)**  
| Rita Mégre / Tiago Borges Lourenço

## PATRIMÓNIO E RECURSOS

- 343 A política económica do Hospital: receitas e despesas**  
| Rute Ramos
- 351 Prédios foreiros ao Hospital Real**  
| Carlos Boavida
- 357 O teatro e o financiamento do Hospital Real**  
| Silvina Pereira / Júlio Martín Fonseca

## TRATAR A ALMA E O CORPO

- 367 O Hospital Real na medicina dos séculos XVI a XVIII**  
| Adelino Cardoso
- 377 O estatuto do doente no Hospital Real e o Regimento de 1504**  
| Luís Lisboa Santos / José Subtil
- 385 Placas de identificação dos leitos nas enfermarias**  
| Alexandre Pais / Lurdes Esteves
- 389 A criação dos expostos no Hospital Real**  
| Milene Alves
- 395 A Confraria da Misericórdia de Lisboa e os sinais das crianças expostas da cidade**  
| Francisco d' Orey Manoel / Nelson Moreira Antão

## AS GENTES DO CUIDAR E DA CURA

- 403 Cargos, profissões e serviço**  
| António Pacheco
- 411 *Por achar que era gente muito limpa a elegeo por ama: ofícios e limpeza de sangue***  
| João de Figueiróa-Rêgo
- 415 A cirurgia portuguesa na génese da atividade cirúrgica do Hospital Real**  
| Cristina Moisão
- 419 Cirurgiões, barbeiros e sangradores (séculos XVI-XVIII)**  
| Florbela Veiga Frade / Joaquim Barradas / Adelino Cardoso
- 429 Os oficiais de cura letrados e praticantes**  
| Luís Ribeiro Gonçalves
- 437 Enfermagem, enfermeiras e enfermeiros**  
| António Pacheco

## AS PRÁTICAS MÉDICO-CIRÚRGICAS

- 447 A prática médica e a alimentação nos textos portugueses da época moderna**  
| Inês Ornellas e Castro
- 455 Hortas e hortos: alimentação e botica nos séculos XVI e XVII**  
| Bruno Barreiros / Adelino Cardoso
- 463 O regime alimentar no Hospital Real no século XVIII**  
| Bruno Barreiros
- 471 Manoel Constâncio e a reestruturação da anatomia e da cirurgia em Portugal**  
| Luiz Damas Mora
- 477 A botica do Hospital Real**  
| Paula Basso
- 487 Um inventário do século XVIII da botica do Hospital Real**  
| Ana Cristina Leite
- 509 A morte no Hospital Real: testemunhos do século XVIII**  
| Sílvia Casimiro / Francisca Alves Cardoso

## HABITAR O HOSPITAL

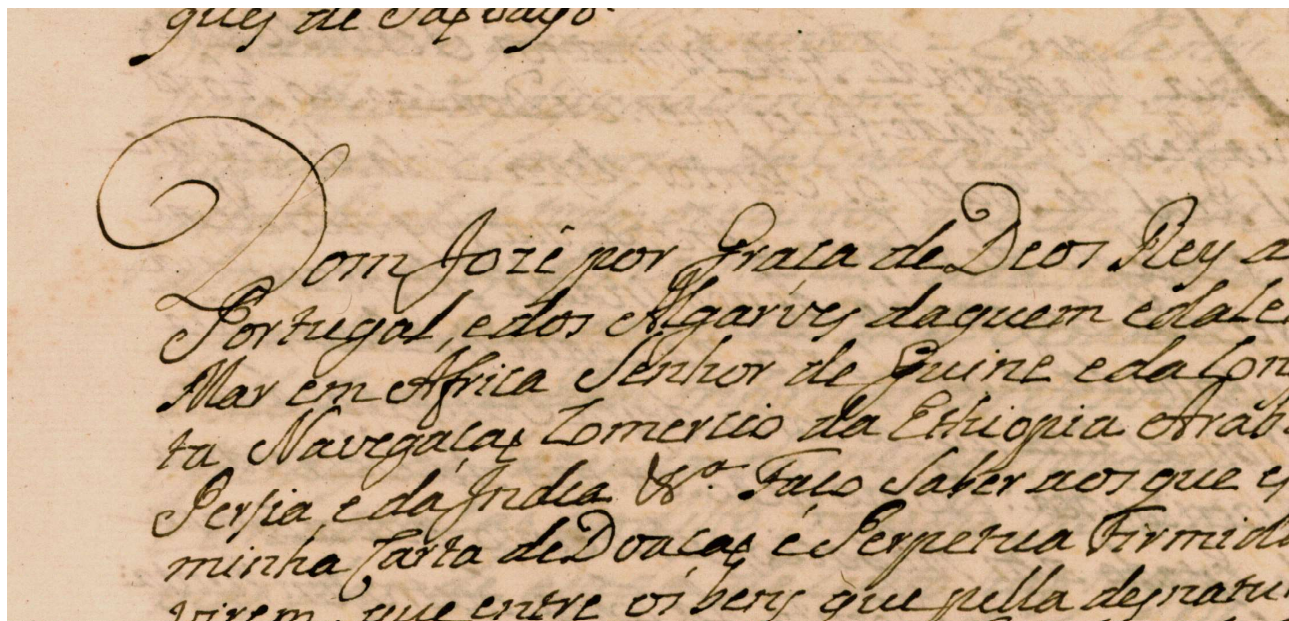
- 519 Espaços e distinções sociais (1502-1620)**  
| Isabel dos Guimarães Sá
- 529 Vestuário, género e doença no Regimento de 1504**  
| Carla Alferes Pinto
- 537 Música no Hospital Real de Lisboa (séculos XVI-XVII): manifestação áulica, terapia ou devoção?**  
| Isabel Monteiro
- 541 As merceiras do Hospital Real (séculos XV-XVIII)**  
| Maria Teresa Avelino Pires
- 545 Cuidar dos feridos de guerra em Portugal no início da época moderna**  
| Luís Costa e Sousa
- 551 Os estrangeiros: doentes e oficiais de saúde**  
| Paulo Catarino Lopes
- 561 Os escravos no Hospital Real**  
| Jorge Fonseca

## EXISTÊNCIAS E PROVIMENTOS

- 569 Entre trastes velhos e produtos não-europeus: a cultura material do Hospital Real no século XVI**  
| Isabel dos Guimarães Sá
- 577 Os têxteis da igreja do Hospital Real no século XVI: tipologias e dinâmicas de funcionamento**  
| Maria João Ferreira
- 583 A louça de mesa no Hospital Real**  
| André Bargão / Sara da Cruz Ferreira
- 591 A cerâmica utilitária no Hospital Real**  
| André Bargão / Sara da Cruz Ferreira
- 601 Outros objetos dos quotidianos do Hospital Real**  
| Carlos Boavida / Inês Coutinho



- 611 A cidade de Lisboa e a luta contra as epidemias**  
| Edite Martins Alberto / Paula Serafim
- 623 Os regimentos das práticas e dos oficiais da Casa da Saúde (séculos XVI-XVIII)**  
| Edite Martins Alberto / Paula Serafim
- 635 Combate às doenças que chegavam por mar (e pelo rio!): os regimentos de 1693**  
| António Costa Canas
- 643 A Casa de São Lázaro e a assistência aos leprosos**  
| Rita Luís Sampaio da Nóvoa



## \_\_O HOSPITAL REAL E A MISERICÓRDIA DE LISBOA NO TEMPO DO GOVERNO DE SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO

Laurinda Abreu

Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) e Departamento de História, Universidade de Évora

Fundados nos longínquos finais do século XV, o Hospital de Todos-os-Santos e a Misericórdia de Lisboa foram unidos a 27 de junho de 1564, depois de a confraria ter aceitado o convite do regente do reino, o cardeal infante D. Henrique, para governar o seu “espiritual de todos os sanctos da dita cidade como convem ao serviço de nosso Senhor e ao meu” (Pereira, 1998, p. 252). Dois séculos depois, a 31 de janeiro de 1775, Sebastião José de Carvalho e Melo proclamava a “restauração e nova fundação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e dos hospitais dos enfermos e inocentes expostos” (ANTT, Ministério do Reino, Livro 376, f. 16), imprimindo a sua marca reformadora nas duas instituições que continuavam a dominar o panorama assistencial do país, agora simbolicamente instaladas nos edifícios dos padres da Companhia de Jesus: a Igreja e casa de São Roque e o Colégio de Santo Antão o Novo.

A nova etapa na vida do hospital e da misericórdia, que o governante quisera que coincidisse com o início do ano, com a transferência dos doentes de Todos-os-Santos para Santo Antão, adiada para abril devido ao atraso das obras (ANTT, Ministério do Reino, Livro 376, fs. 79-79v.; Hospital de São José, Livro 944, n.º 5), não era, contudo, uma reunificação, como a considerou Victor Ribeiro

(Ribeiro, 1998, p. 124), pelo simples facto de que a confraria não tinha sido desapossada do hospital. Era antes um momento decisivo do processo transformador a que tinham sido submetidos após o Terramoto de 1755, projeto concluído em novembro seguinte, com a abolição do compromisso da Misericórdia de Lisboa, de 1618.

Neste texto, pretende-se refletir sobre a evolução da relação entre o Hospital de Todos-os-Santos e a Misericórdia de Lisboa durante o governo de Sebastião José de Carvalho e Melo. Num tempo caracterizado pelo controlo estatal, intentamos aferir os contornos das políticas do secretário de Estado do Reino relativas às duas instituições e avaliar a sua eficácia. Para o efeito, recuperam-se, de estudos anteriores (Abreu, 2013, pp. 28-43), algumas informações sobre a organização financeira da nova estrutura assistencial que ditou o fim de Todos-os-Santos e reanalisa-se, à luz da documentação produzida pelo hospital, o *Breve Memorial*, da autoria do enfermeiro-mor, Jorge Francisco Machado de Mendonça Eça Castro Vasconcelos e Magalhães (Mendonça, 1761).

## Um governo de transição

No contexto do terramoto do dia 1 de novembro de 1755, o Hospital de Todos-os-Santos, ainda a recuperar dos profundos estragos causados pelo incêndio deflagrado nas suas instalações em agosto de 1750, regressou à administração direta da coroa. Não se tratava de privar a Misericórdia de Lisboa dos seus direitos sobre o hospital, antes de acudir a uma situação de emergência, perante um cenário de catástrofe<sup>1</sup>, que também atingira a confraria, ao perder as suas instalações. Foi o secretário de Estado do Reino quem mandou tomar providências em relação aos doentes e às obras de reparação do edifício. Foi também ele quem, em maio do ano seguinte, ordenou que regressassem ao hospital alguns dos doentes que se encontravam dispersos pela cidade (Lisboa, p. 11; Carmona, 1954, p. 257). Nesse mesmo ano de 1756, Sebastião José de Carvalho e Melo nomeava uma nova mesa para a Misericórdia de Lisboa, suspendendo as eleições entre os pares; esta atitude configurava uma ingerência na vida da confraria, como, de resto, estava a acontecer noutras instituições, e não apenas nas de carácter assistencial (Lopes *et* Paiva, 2008, pp. 7-36). Para provedor da Misericórdia de Lisboa, o governante indicava D. Lourenço Filipe Mendonça e Moura, conde de Vale de Reis, que já tinha ocupado o cargo no ano de 1752/1753 (Serrão, 1998, pp. 672-673).

Sob as orientações do Governo, a Misericórdia de Lisboa procurava recuperar as suas próprias rotinas e as do Hospital de Todos-os-Santos, recrutando médicos, cirurgiões e vários outros funcionários, garantindo a manutenção de privilégios centenários, entretanto reclamados pelos servidores do hospital, entre tantas outras ações<sup>2</sup>. No início de julho de 1758, o hospital recebia como tesoureiro e, simultaneamente, enfermeiro-mor, isto é, responsável pelo funcionamento da instituição, D. Jorge Francisco Machado de Mendonça Eça Castro Vasconcelos e Magalhães. A nomeação de um enfermeiro-mor representava uma situação excepcional, prevista no Compromisso da misericórdia de 1618 para situações em que o provedor da confraria, a quem competia o governo do hospital, não pudesse lá residir. Nestes casos, o enfermeiro-mor devia reportar

semanalmente à mesa da misericórdia “do estado das cousas que tem a seu cargo” (Serrão, 1998, p. 672). Nesta conjuntura, não valorizamos sobremaneira o facto de D. Jorge de Mendonça não ser irmão da misericórdia nem pertencer aos seus órgãos dirigentes, conforme estipulado no dito compromisso, tendo em conta que o secretário de Estado agia de igual modo em relação à confraria, embora, neste caso, a obrigasse a integrar como irmãos os mesários por si escolhidos.

A análise dos registos documentais guardados no arquivo do hospital e dos editais e providências compilados no *Breve Memorial* endereçado, em 18 de outubro de 1759, por D. Jorge de Mendonça ao recém-nomeado conde de Oeiras, dando pormenorizada explicação do seu desempenho como enfermeiro-mor, revela-nos um homem enérgico que, poucos dias após ter tomado posse, desencadeou um movimento normativo e regulador em larga escala, abrangendo a prestação de serviços, a organização administrativa e o controlo do património do hospital: genericamente, os cuidados a ter com os doentes, os moribundos, os mortos e as suas almas; o trabalho dos funcionários, incluindo religiosos e merceiras acolhidas no hospital, recrutamento e/ou substituição de alguns deles; a gestão dos diferentes espaços do edifício; o controlo das despesas, sobretudo associadas à cozinha; a prestação e qualidade dos serviços de secretaria; os privilégios de determinadas pessoas na aquisição de carne no viteleiro do hospital; a recuperação de bens sonegados e a cobrança de rendas e, sobretudo, a penhora dos devedores, quer fossem lavradores, quer administradores de legados pios não cumpridos.

Do *Breve Memorial* ressalta o tom laudatório ao trabalho realizado, como se D. Jorge de Mendonça tivesse governado sobre terra queimada, no sentido literal do termo, e a crítica feroz à Misericórdia de Lisboa, a única responsável pelo desalinho em que encontrara o hospital. No seu autoelogio, censura com a mesma veemência a ausência de registos administrativos relativos à avultada herança de Francisco Pinheiro, negociante de grosso trato, falecido em 1749, cujo testamento, segundo instruções recebidas, o provedor da misericórdia, 5.º conde de Valadares, deveria começar a executar em abril do ano

<sup>1</sup> Conforme já circunstanciadamente provado por António Pacheco (2008), na senda do defendido por Gustavo de Matos Sequeira em 1967, entre outros autores, a documentação do arquivo do Hospital de Todos-os-Santos não confirma a tese da destruição integral do edifício no dia 1 de novembro de 1755.

<sup>2</sup> A primeira provisão que encontramos emanada da mesa da misericórdia depois do Terramoto, para recrutamento de um funcionário (um médico), data de 28 de fevereiro de 1756. ANTT, Hospital de São José, Livro 943, f. 15.

seguinte<sup>3</sup> – ignorando os efeitos do incêndio de 1750 e do Terramoto de 1755, além da complexidade inerente à execução dos testamentos - e o facto de o hospital acolher presos, uma decisão que tinha partido do próprio secretário de Estado em janeiro de 1755 (ANTT, Hospital de São José, Livro 943, fs. 8-8v.)<sup>4</sup>. Sem rodeios, sugere o seu afastamento da misericórdia, afirmando “não ser justo que o thesoureiro tendo todo o trabalho, ao provedor da misericórdia se lhe agradeção as victorias e pela sua mão sejam administradas as regalias do mesmo hospital” (Mendonça, 1761, p. 23).

Porém, a acusação de que achara o hospital “sem formulário ou regimento para a sua governança, por quanto querendo-me eu reger por elle, não só nem sombras achei mas menos aresto e forma de governo dos meus antecessores” (Mendonça, 1761, p. 23) não é confirmada pelo arquivo da instituição, não se verificando descontinuidade nos registos entre as suas decisões (até 1760, quando optou por uma escrituração separada) e os atos governativos dos seus predecessores. Aliás, a preservação do arquivo é atestada pela ordem do secretário de Estado do Reino, de 7 de maio de 1756, dada aos escrivães do juízo dos órfãos e capelas para extraírem dos livros do hospital as certidões necessárias à reconstituição dos cartórios do mesmo juízo, destruídos pelo terramoto (ANTT, Hospital de São José, cx. 274, mç. 2, n.º 71). Acresce, ainda, o facto de a maioria das regulações dos diferentes serviços e funções por si assinados (sob o formato de editais) reproduzirem, de forma abreviada, regimentos antigos (seiscentistas, na maioria dos casos), ou mesmo o primeiro regimento do hospital, datado de 1504. Uma verificação que não pretende subtrair importância ao trabalho de D. Jorge de Mendonça no sentido da reativação da normalidade no funcionamento do hospital e correção dos muitos desregramentos que lá existiam; tão-somente, relativizar o seu discurso em função dos seus propósitos.

Embora sem respaldo documental conhecido, formulamos a hipótese de terem existido neste período elevadas

tensões entre o enfermeiro-mor e a mesa da Misericórdia de Lisboa, que, apesar de quase ausente da gestão quotidiana, continuou a apresentar-se como “Mesa da Santa Casa da Misericórdia d’esta corte, Hospital de Todos-os-Santos e Real Casa dos Expostos” (Ribeiro, 1998, p. 123) e a tratar com os oficiais da fazenda do hospital, despachando vários assuntos relativos aos médicos, religiosos, rendeiros, entre outros (ANTT, Hospital de São José, cx. 390, mç. 1, n.º 40)<sup>5</sup>.

A proposta de D. Jorge de Mendonça para a saída do Hospital de Todos-os-Santos da tutela da Misericórdia de Lisboa não só não foi acolhida pelo conde de Oeiras como, a partir de 1765, começou a robustecer os laços entre as duas instituições, reafirmando a autoridade desta sobre aquele e da coroa sobre ambos<sup>6</sup>. Ao fim de nove anos à frente dos destinos da misericórdia<sup>7</sup>, o conde de Vale de Reis era substituído por D. José de Vasconcelos e Sousa da Câmara, e seria da nova mesa da confraria que, a 23 de maio de 1766, o conde de Oeiras fazia sair D. José Luís de Meneses Castelo Branco, 6.º conde de Valadares, para assumir as funções de enfermeiro-mor do Hospital de Todos-os-Santos, dando por terminada a administração de D. Jorge de Mendonça (Serrão, 1998, p. 223)<sup>8</sup>. O regresso da casa de Valadares ao governo do hospital e a incorporação, por ordem régia, de altos administradores seus na mesa da misericórdia - como era o caso de Luís Diogo Lobo da Silva (Serrão, 1998, pp. 244-246)<sup>9</sup> -, ou apenas como irmãos da confraria - por exemplo, Félix Teixeira de Matos foi nomeado escrivão da fazenda do hospital e irmão da misericórdia a 21 de junho -, mostrava a força das lógicas de poder que continuavam vigentes, e que o conde de Oeiras manobrava a seu bel-prazer, lógicas que poderão ter escapado a D. Jorge de Mendonça.

### O património da misericórdia ao serviço do hospital

Incumbido pela mesa da misericórdia de só permitir a

<sup>3</sup> O termo de entrega dos bens móveis e papéis pertencentes à Confraria de Nossa Senhora da Doutrina, primeira testamenteira de Francisco Pinheiro, recuava apenas a 14 de abril de 1750; o termo de desistência da herança datava de 19 de novembro de 1751. As diferentes fases deste processo encontram-se em ANTT, Hospital de São José, cx. 274, mç. 2, n.º 69A.

<sup>4</sup> Também D. Jorge de Mendonça haveria de receber idêntica ordem do governante em 1759, conforme consta no mesmo livro, f. 47v.

<sup>5</sup> Também portarias da mesa da misericórdia durante o governo de D. Jorge de Mendonça nos mç. 1, n.º 39; mç. 1, 41 e 42.

<sup>6</sup> A nomeação de um juiz privativo para as causas das duas instituições, realizada a 1 de agosto de 1765, entende-se neste contexto. ANTT, Ministério do Reino, Livro 376, f. 1v.

<sup>7</sup> As alterações na equipa governativa deste provedor foram pontuais, a maioria das vezes por morte dos mesários. Serrão, 1998, p. 223.

<sup>8</sup> O novo enfermeiro-mor, nomeado em maio de 1768, Nuno José da Cunha de Ataíde, também provinha da mesa da misericórdia.

<sup>9</sup> Como referimos noutra local, está ainda por analisar a renovação da mesa e dos irmãos da misericórdia no contexto do processo dos puritanos, então conduzido pelo secretário de Estado do Reino.

entrada no hospital a quem tivesse sido provido pela confraria (ANTT, Hospital de São José, Livro 943, f. 72v), o conde de Valadares iniciou funções como enfermeiro renovando contratos, despedindo e recrutando funcionários, um ritual que o seu antecessor também havia experimentado, em 1758 e, muito antes dele, a misericórdia, quando, em 1564, tomou o Hospital de Todos-os-Santos aos Loios.

O reforço dos laços entre o hospital e a confraria e a adoção das mesmas práticas e mecanismos de gestão ocorria no contexto da alteração do direito sucessório e da desamortização e desvinculação de bens, e pode ter sido uma estratégia para que as principais instituições assistenciais do país respondessem de forma articulada aos impactos decorrentes do novo quadro legal. Respondia, também, a um maior controlo do património das duas instituições por homens da confiança do secretário de Estado do Reino e viabilizava os projetos que tinha em mente, confirmados pela doação da Igreja e casa de S. Roque à misericórdia (8 de fevereiro de 1768) e, no ano seguinte (26 de setembro de 1769), do Colégio de Santo Antão, para nele “se estabelecer o hospital Real de Todos-os-Santos”<sup>10</sup>.

Foi através dos provedores da misericórdia que o marquês de Pombal conduziu os trabalhos que levaram ao encerramento do Hospital de Todos-os-Santos. Com a doação do Colégio de Santo Antão, o provedor da misericórdia recebia também as plantas para a transformação do espaço em hospital, instruções sobre os procedimentos a seguir e os materiais a usar (ANTT, Ministério do Reino, Livro 376, f. 16)<sup>11</sup>. E, ainda, documentos com a divisão dos terrenos do Hospital de Todos-os-Santos e a ordem para os mandar arrematar, vender e aplicar o dinheiro no novo hospital (ANTT, Ministério do Reino, Livro 376, fs. 18-18v; AHSCML, Aviso Régio de 27 de setembro de 1769, PT-SCMLSB/SCML/CR/02/02/023).

O que sobressai na documentação é o facto de a reforma do antigo Colégio de Santo Antão não ter decorrido tão depressa quanto esperava o governante, que por diversas

vezes o demonstrou ao provedor da misericórdia. Numa das cartas, a 16 de agosto de 1771, lembrava-lhe o interesse do monarca na conclusão dos trabalhos antes de o inverno chegar, assim evitando os estragos que poderia causar às madeiras. Prometia-lhe disponibilizar o dinheiro que fosse necessário para o rápido andamento das obras (AHSCML, Aviso Régio de 16 de agosto de 1771, PT-SCMLSB/SCML/CR/02/02/030). A análise à generosa oferta feita pelo marquês de Pombal mostra que ele entrava no capital da misericórdia para financiar o hospital através da imposição de um empréstimo de 10.667\$220 réis com taxa de juro de 5%<sup>12</sup>.

Por aviso régio de 8 de maio de 1772, o hospital recolhia mais 2.246\$862 réis (metade da verba retirada da Junta da Administração do Cofre dos Diamantes, do legado deixado por Lourenço Amorim da Costa para as obras de recuperação de Todos-os-Santos, após o incêndio de 1750) (AHSCML, Aviso Régio de 8 de maio de 1772, PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/152)<sup>13</sup>, o que terá dado algum alento ao empreendimento, mas que depressa se gastou. Na segunda metade de 1774, o projeto ganhou um novo impulso: entre 21 de julho e 20 de outubro, eram-lhe destinados 11 220\$327 provenientes dos bens das extintas Confrarias de Nossa Senhora da Doutrina, de Nossa Senhora da Boa Morte, de Jesus Maria José e da Casa Professa de São Roque (AHSCML, Ofícios da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino de 21 de julho de 1774 e de 20 de outubro de 1774, PT-SCMLSB/SCML/CR/02/02/037 e 38). Nos finais de dezembro, Pombal ordenava ao provedor da misericórdia que durante o mês de janeiro transferisse os doentes de Todos-os-Santos para o Colégio de Santo Antão, já há algum tempo identificado como Hospital de S. José. Como o cofre das obras já estava vazio, reincidia na utilização do dinheiro da misericórdia, determinando que aplicasse no novo hospital 6 contos de réis dos juros reais que a confraria tinha em carteira (AHSCML, Ofício da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino de 23 de dezembro de 1774, PT-SCMLSB/SCML/CR/02/02/039). A 14 de janeiro de 1775, com os doentes ainda em Todos-os-Santos, o governante voltava a pressionar o provedor

<sup>10</sup> “Doação irrevogável ao Hospital Real de Todos-os-Santos da Igreja e Colégio de Santo Antão com a sua Cerca”, ANTT, Ministério do Reino, Livro 376, f. 19v. Como bem se sabe, estas doações tinham sido antecedidas da oferta, em março de 1760, ao hospital da botica e de outros bens pertencentes ao mesmo Colégio de Santo Antão. ANTT, Hospital de São José, Livro 943, f. 71.

<sup>11</sup> No dia em que a misericórdia recebeu a comunicação da doação do Colégio de Santo Antão (27 de setembro), a Junta do Comércio tinha sido informada de que devia ceder “ao sargento-Mor da Infantaria, com experiência de engenheiro”, José Monteiro de Carvalho, diretor de obras do Hospital Real, um dos fornos de cal que tinha na praia de Paço de Arcos. ANTT, Livro 376, f. 19.

<sup>12</sup> O hospital recebia ainda a promessa dos legados deixados sem aplicação determinada pelos testadores e dos laudémios respeitantes à venda dos prazos, o que não se traduzia em liquidez imediata.

<sup>13</sup> A outra metade deveria ser aplicada, conforme o aviso régio, na Misericórdia.

e pedia-lhe uma lista com o número de enxergões, lençóis e mantas necessários para a dita mudança. Perguntava-lhe, em carta separada, de quanto precisava para executar a tarefa. A resposta do provedor - quatro contos e oitocentos mil réis, verba que o hospital não tinha mas que nesse mesmo dia o governante fez sair por empréstimo dos cofres da misericórdia (AHSCML, Aviso Régio de 14 de janeiro de 1775, PT-SCMLSB/SCML/CR/02/02/042) - pode ter precipitado os acontecimentos na segunda quinzena do mês e culminado na já referida *Restauração e Nova Fundação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, datada do dia 31 de janeiro.

O projeto que pretendia solucionar os problemas financeiros do novo hospital assentava na criação de uma “única massa ou acervo comum para que compreenda as receitas e as despesas de tudo o que for pertencente à referida massa” composta pelas rendas da misericórdia, do hospital dos expostos (reunido à misericórdia por decreto de 4 de janeiro de 1768, pondo fim à duplicação de órgãos dirigentes e custos financeiros, criada dentro da própria confraria em 1657 (Abreu, 2013, p. 31) e do “hospital dos enfermos” (Lopes *et* Paiva, 2008, pp. 419-423), num total de 93 320\$416 réis. O governante considerava ainda extinta a dívida de 49 306\$102 réis contraída pelo hospital à confraria, argumentando que 25 991\$070 réis correspondiam ao valor dos legados a cumprir pelas duas instituições, que dava por suprimidos - antes mesmo de o Papa ter comunicado a sua decisão quanto ao pedido de extinção dos ditos legados e de redução das 124 capelas da misericórdia para 24, o que só aconteceria por bulas de junho e julho de 1775 -, e que 16 444\$732 réis, representavam verbas recuperadas pela misericórdia, de capitais aplicados a juros, que futuramente se converteriam em padrões de juros reais. Aos doentes e aos expostos era ainda destinado o dinheiro da venda da prata e joias das confrarias de S. Roque; também, no caso das crianças abandonadas, o aumento da contribuição da Câmara de Lisboa, que passava de 600\$000 réis anuais para 2 000\$000 réis; verbas impostas na Casa da Suplicação e um novo tributo de 10 réis, pagos por cada pessoa que, na capital e termo, recebesse sacramentos (Abreu, 2013, pp. 34-35).

Apesar de a Misericórdia não ter sido esquecida pelo governante - que arrecadava os bens das confrarias eretas na casa de São Roque, no valor de mais de 306 milhões de réis, e, também nesse mesmo dia 31 de janeiro, o alargamento da possibilidade de receber heranças e doações, coartada pelas leis testamentárias da década de 1760<sup>14</sup> -, o seu património passava a cobrir os percalços que pudessem ocorrer com as finanças do hospital e o mais que provável aumento das despesas. Por aviso régio de 30 de agosto, à misericórdia chegavam ordens para transferir mensalmente 3 711\$358 réis do seu cofre geral para o cofre do Hospital de São José (AHSCML, Aviso Régio de 30 de agosto de 1775, PT-SCMLSB/SCML/CR/02/02/058), uma verba que ultrapassava os 45 contos de réis anuais. Confrontando o balanço anual das receitas e despesas do hospital, verificava-se algum equilíbrio, em valores que desde a década de 1720 ultrapassavam os 20 contos de réis (Ramos, 2019), quase 40 contos, com D. Jorge de Mendonça, que conseguira recuperar rendas em atraso<sup>15</sup>. Sabe-se, contudo, que a conformidade orçamental neste tipo de instituições era mais administrativa do que real, situação comprovada, no caso do hospital, pela dívida de quase 50 contos à misericórdia.

A 17 de novembro desse mesmo ano de 1775, o provedor da misericórdia recebia do marquês de Pombal a notícia da decisão régia de abolir o compromisso de 1618 e a ordem para elaborar “regimentos economicos para o governo do novo Hospital Real de São Joseph e para os outros hospitaes dos expostos e entrevados, para a contadoria e secretaria e para os capelaens e obrigaçoens da Igreja e mais encargos do expediente da mesma mizericordia” (Abreu, 2013, p. 37): vinte anos depois do terramoto, estavam concluídas as alterações que então se começaram a gizar. Algumas delas tiveram vida curta: terminado o governo pombalino, a Misericórdia de Lisboa tratou de conseguir a revogação da anulação do Compromisso de 1618, reposto por alvará de 18 de novembro de 1779; e em 1782 via separadas as suas rendas das do hospital, decisão que a coroa haveria de reverter, pelo decreto de 3 de julho de 1790, para voltar a anular a 4 de fevereiro de 1801 (ANTT, Ministério do Reino, Livro 376, fs. 29v.-30, n.º D). A vigorosa oposição da misericórdia à divisão das verbas dos legados pios não

<sup>14</sup> A 2 de março, apertava-se ainda mais o controlo à misericórdia, ordenando o marquês de Pombal que o desembargador dos Agravos Manuel Nicolau Esteves Negrão assistisse interinamente a todas as sessões da mesa da misericórdia.

<sup>15</sup> Nos anos económicos de 1786 a 1788, as receitas e despesas do Hospital de São José já se situavam, respetivamente, em 91 819\$717 réis e 86 780\$641 réis. No ano de 1789/90, ascendiam a 102 872\$972 réis. Biblioteca da Ajuda (BA), *Balanços de receita e despesa no Hospital Real de S. José*, Lisboa, 54-XI-15, n.º 5 e n.º 58.

cumpridos, que privilegiava o hospital em detrimento da confraria, ocorrida no reinado de D. Maria I (Abreu, 2013, pp. 38-40), mostra uma instituição zelosa do seu património e pouco disposta a correr riscos.

Concluindo, a evidência documental aponta para ter havido uma continuidade da ação governativa de Sebastião José de Carvalho e Melo no que respeita ao Hospital de Todos-os-Santos e à Misericórdia de Lisboa e ao objetivo de consolidação do controlo estatal sobre ambos. Nesta ótica, o período de 1758 a 1766, em que

D. Jorge de Mendonça foi enfermeiro-mor do hospital, perde a importância reformadora que lhe tem sido atribuída. É aqui assumido como um tempo de transição num processo que seria concluído em 1775 e que, de forma simbólica, assinalamos com a doação ao Senado da Câmara de Lisboa, a 23 de novembro de 1775, de parte do terreno do antigo Hospital de Todos-os-Santos, na condição de ali se instalar um mercado de frutas e legumes (AHSCML, Decreto de 23 de novembro de 1775, PT-SCMLSB/SCML/CR/02/02/063).

---

## Bibliografia

ABREU, Laurinda (2013) - *Pina Manique: Um reformador no Portugal das luzes*, Lisboa: Gradiva | CARMONA, Mário Reis de (1954) - *O Hospital de Todos os Santos da cidade de Lisboa*. Lisboa (ed. do autor) | LISBOA, Amador Patrício de (2005) [1758] - *Providências do Marquês de Pombal que se deram no terramoto que padeceu a corte de Lisboa no ano de 1755*. Lisboa: Público, Fundação Luso-Americana | LOPES, Maria Antónia; PAIVA, José Pedro (2008) - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, José Pedro Paiva (coord.), vol. 7 - *Sob o signo da mudança: de D. José I a 1834*, José Pedro Paiva, Maria Antónia Lopes (dirs.). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa/União das Misericórdias Portuguesas, pp. 7-36 | MENDONÇA, Jorge Francisco Machado de (1761) - *Pelo breve memorial expõe Jorge Francisco Machado de Mendonça ao Ill mo e Exc mo Senhor Conde de Oeiras*. Lisboa: na officina Miguel Manescal da Costa | PACHECO, António (2008) - *De Todos os Santos a São José: Textos e contextos do Espírito Grande de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos. | PEREIRA, Gabriel (1998) [1887 e 1891] - *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda | RAMOS, Rute Isabel Guerreiro (2019) - *O Hospital de Todos os Santos. História, Memória e Património Arqueológico. (Sécs. XVI-XVIII)*. Évora: Universidade de Évora. Tese de Doutoramento em História: Mudança e Continuidade num Mundo Global | RIBEIRO, Victor (1998) [1902] - *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: subsídios para a sua história*, ed. fac-similada, Lisboa: Academia das Ciências | SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1967) [1916] - *Depois do terramoto - subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, vol. I. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa | SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1998) - *A Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.